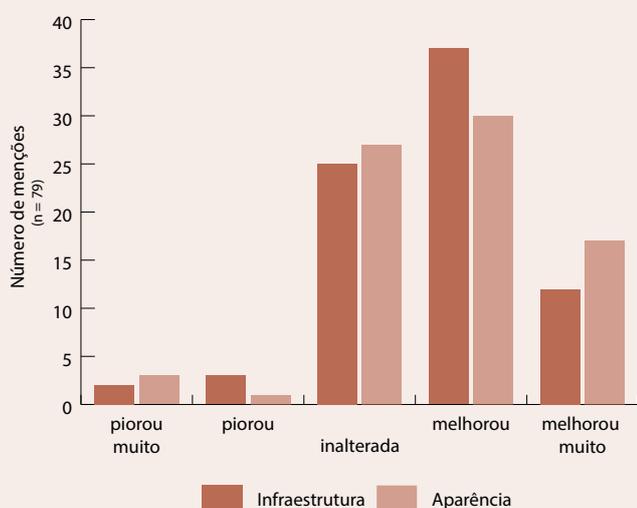


FORMALIZAÇÃO COMO PERSPECTIVA?

DA PRODUÇÃO INFORMAL DA CIDADE À FORMAL

Em Heliópolis, nas últimas décadas, foram feitas tentativas para melhorar o bairro. A formalização da favela é particularmente evidente na regularização e nos projetos de habitação social coordenados pela Secretaria de Habitação (SEHAB).



Mudança na infraestrutura e aparência estrutural nos últimos dez anos

REGULARIZAÇÃO

A administração municipal estabeleceu a meta de conectar assentamentos informais à cidade formal. Os moradores vêm, dentre outros benefícios, o recebimento do título de propriedade ou a expansão da infraestrutura local. As desvantagens são os obstáculos financeiros que precisam ser superados ou as mudanças estruturais que podem levar a reassentamentos.

OPORTUNIDADES

- Expansão da infraestrutura
- Título de propriedade
- Segurança formal
- Conexão social e técnica com a cidade

DESAFIOS

- Recursos financeiros
- Perda de autonomia
- Perda de identidade através de processos *top-down*
- Reassentamento

Oportunidades e desafios da regularização

HABITAÇÃO SOCIAL: REDONDINHOS

Em Heliópolis, o foco está atualmente no projeto habitacional Redondinhos, que foi implementado no sudeste da favela. Este foi projetado por um conhecido arquiteto brasileiro e executado pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB). O objetivo do projeto era a construção de um bairro residencial habitável. Edificação afrouxada e formas redondas de construção criaram espaços vivos e luminosos.



Espaço livre entre os Redondinhos, no fundo complexos residenciais ocupados (sem pintura)

Críticos classificam os Redondinhos como um projeto de prestígio e enfatizam o uso ineficiente de recursos espaciais e financeiros. Além disso, dois complexos residenciais ainda não foram concluídos, levando a ocupações desorganizadas e aumento do crime. Apesar disso, outras unidades residenciais estão em construção.

CAMINHO PARA A FORMALIDADE



No decorrer do trabalho de campo, 79 moradores foram entrevistados.



ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO

O QUE CARACTERIZA O ESPAÇO PÚBLICO?

Acessibilidade

Direitos iguais de uso

Elemento de conexão na cidade fragmentada

Uso depende da hora e do dia

ESPAÇO PÚBLICO

Interface entre todas as classes sociais

Percepção de segurança

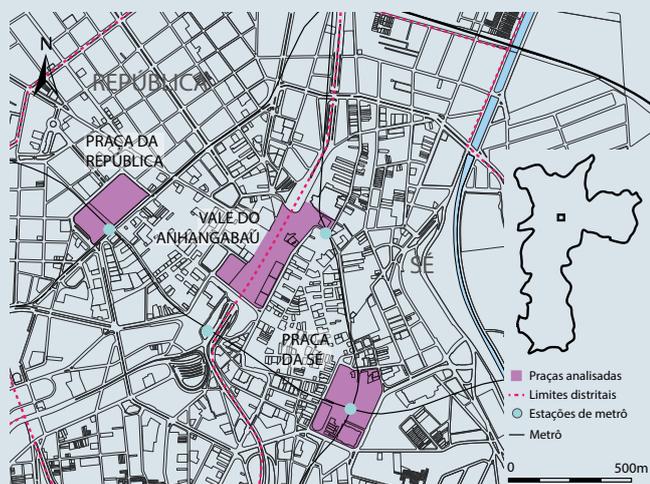
Possibilidades de intervenção do poder público

Diversos grupos de usuários e interesses

POLÍTICA DA CIDADE NEOLIBERAL E ESPAÇO PÚBLICO

Três praças públicas no centro de São Paulo foram analisadas em relação ao seu uso levando em consideração os seguintes contextos:

- Programas de regeneração urbana e discussões de segurança e sua influência no uso, apropriação e produção de espaços públicos
- Conflitos dentro e ao redor do espaço público através da revitalização e do interesse de aproveitamento do capital associado aos projetos
- A implementação dos interesses de atores dominantes e influentes leva à exclusão de grupos marginalizados
- Formação de movimentos de protesto contra esta política e reivindicação do direito à cidade



Localização das três praças no centro de São Paulo

PRAÇA DA SÉ

- Praça central com a Catedral e entroncamento importante do metrô
- Ampliação em torno da parte oriental nos anos 1970; Renovação / Revitalização 2006
- Área representativa de toda a cidade
- Mais importante residência para os sem-teto
- Eventos históricos: manifestações contra a ditadura militar (1984) e massacres de sem-teto (2004)



VALE DO ANHANGABAÚ

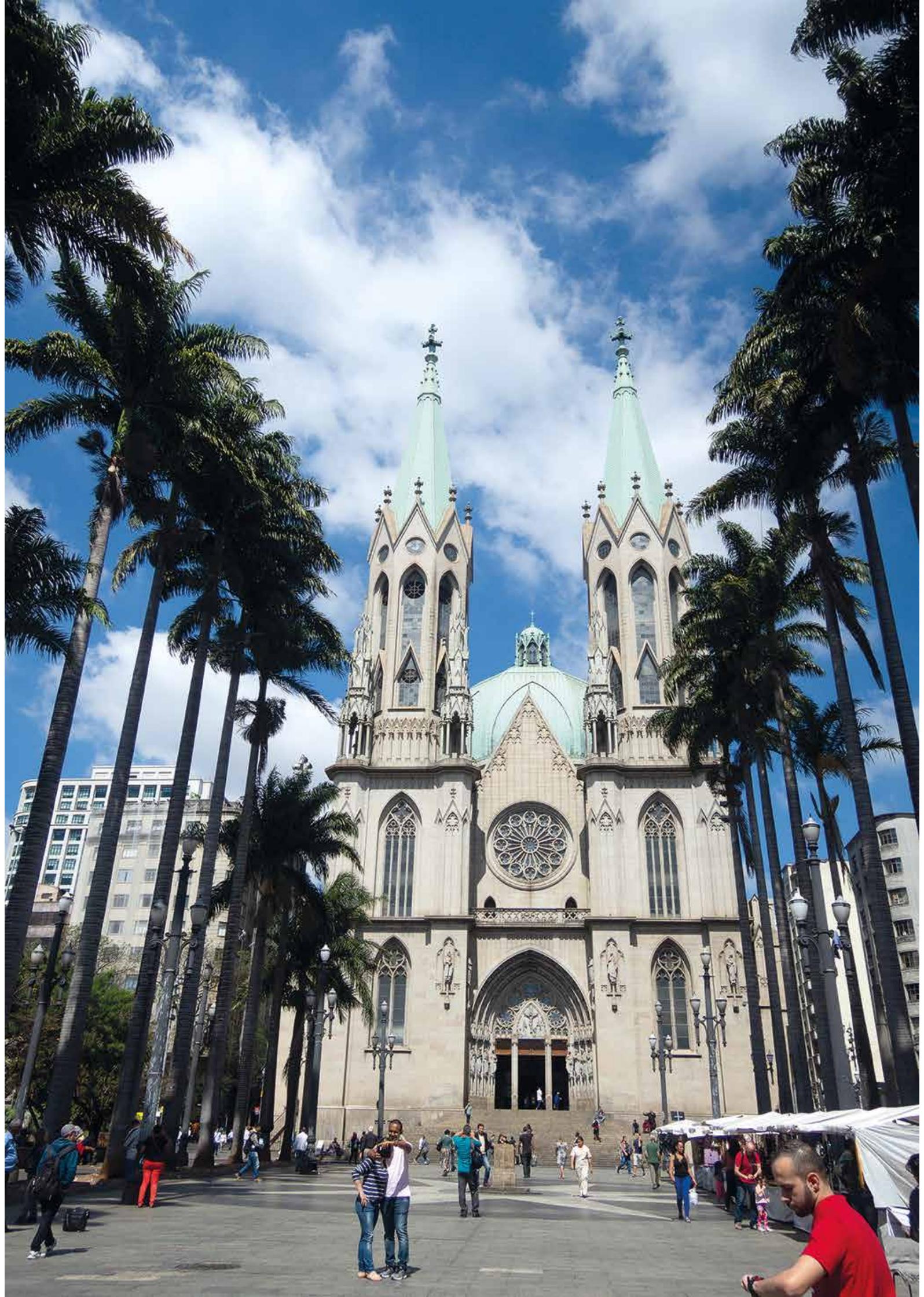
- Vale e espaço de conexão entre o antigo e o novo centro
- Usado antes de 1990 como um corredor de tráfego, hoje curso subterrâneo da estrada, sobre este há uma área semelhante a um parque
- É percebido menos como um lugar e mais como uma área de passagem



PRAÇA DA REPÚBLICA

- Praça representativa do século XIX com semelhanças a um parque
- Bancas de rua de comerciantes formais e informais
- Local de encontro e moradia para os sem-teto, homossexuais e transexuais, bem como prostitutas
- Desde a década de 1990: espaço para manifestações, por exemplo, por demandas educacionais em frente à Secretaria de Educação do Estado





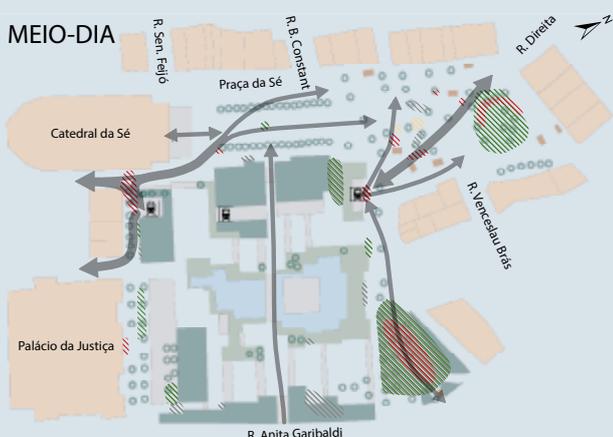
PRAÇA DA SÉ: APROPRIAÇÃO

O direito à apropriação envolve lutas pelo uso do espaço público: Os sem-teto podem ocupar um espaço e o readaptar através de atividades cotidianas, como dormir, morar e comer.

1. INÍCIO DA JORNADA DE TRABALHO

- A multidão de trabalhadores sai do metrô para o local de trabalho
- Lado oriental da área é pouco usado
- Grupos marginalizados na praça: população em situação de rua e vendedores ambulantes informais
- Mais sem-teto virão mais tarde

➔ espaço de passagem



3. DA POPULAÇÃO DIURNA À POPULAÇÃO NOTURNA

- Os trabalhadores saem de seus locais de trabalho para o metrô
- Máximo de vendedores ambulantes, sem-teto e pessoas reunidas entre pregadores
- Depois de escurecer: quase exclusivamente desabrigados no local

➔ De local de passagem à local de abrigo dos sem-teto



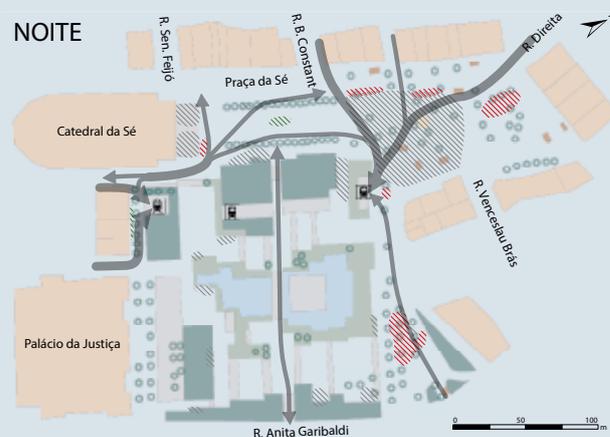
Sem-teto na Praça da Sé



2. TEMPO DE ALMOÇO E CALOR

- Transeuntes em número reduzido, mais lentos e menos direcionados
- Atividades na praça: almoço, turismo, caminhada, sem teto à sombra das árvores, aumento do comércio de rua e reuniões de pregadores

➔ Lounge de diferentes grupos populacionais



No decorrer do trabalho de campo, foram realizados mapeamentos e entrevistas com 110 transeuntes e dois especialistas.

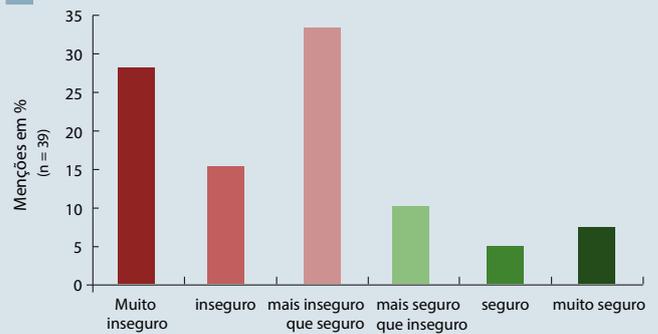


VALE DO ANHANGABAÚ: ENTRE-ESPAÇOS

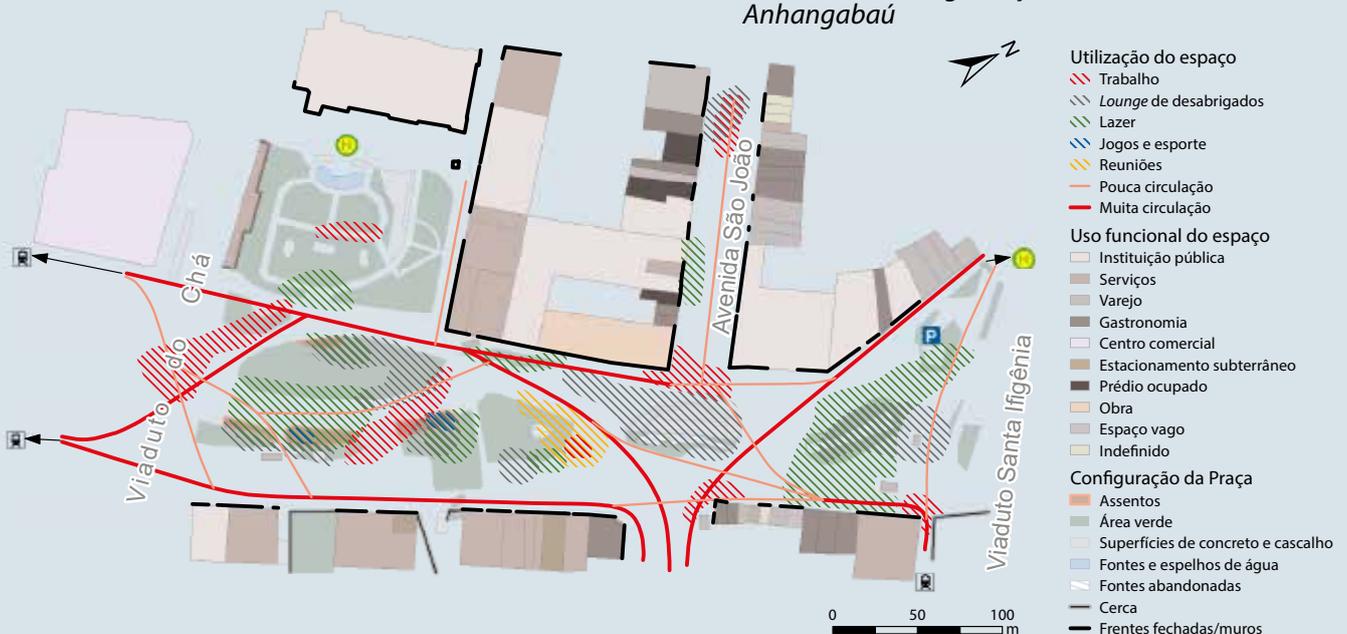
ESPAÇO DE PASSAGEM

- De manhã usado principalmente como um corredor de passagem
- Flutuação diária da intensidade da circulação dos transeuntes
- A presença policial constante não evita a sensação de insegurança entre os transeuntes que utilizam o espaço principalmente como um corredor de passagem
- O sentimento de insegurança pode ser parcialmente atribuído às fachadas das casas fechadas e ao medo de estranhos e outros.

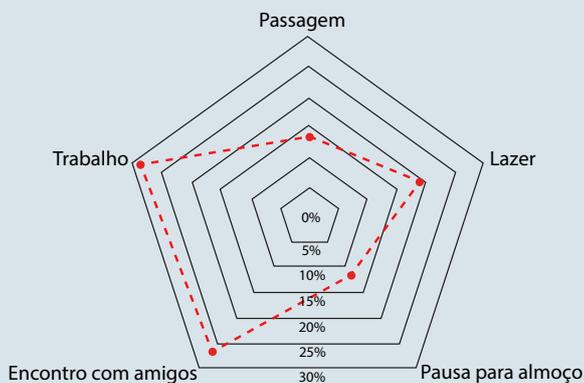
Portas fechadas e cercas têm um efeito restritivo, o que pode levar a um sentimento de insegurança.



Sentimento de segurança de transeuntes no Vale do Anhangabaú



Mapeamento dos usos do Vale do Anhangabaú e do entorno



Usos do Vale do Anhangabaú (n = 39)

LOUNGE

Tanto o mapeamento quanto o questionamento dos transeuntes apontam para um uso como lounge, embora isso não seja percebido como tal. No decorrer da manhã, há uma mudança no uso: diferentes grupos sociais estão lá, incluindo os sem-teto, a população trabalhadora e os jovens. A área principal de permanência está localizada perto de restaurantes.

No decorrer do trabalho de campo, foram realizados mapeamentos e entrevistas com 110 transeuntes e dois especialistas.



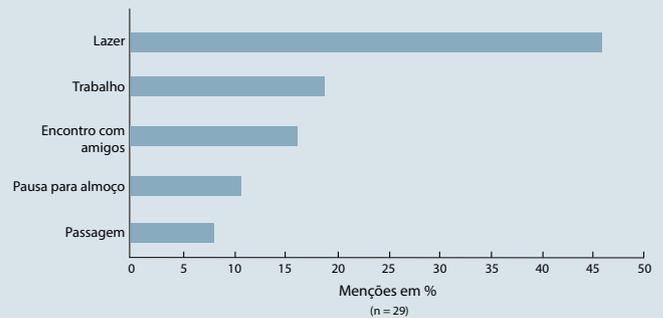
PRAÇA DA REPÚBLICA: DIFERENÇAS

ESPAÇO PARA AS DIFERENÇAS

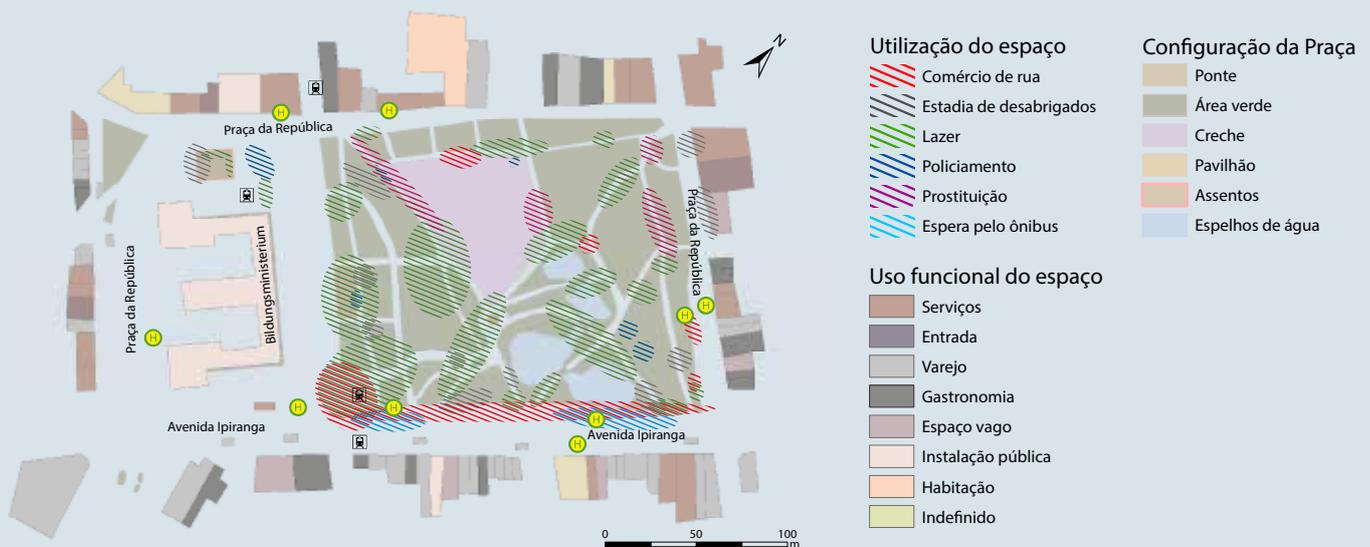
A Praça da República é utilizada para comércio de rua, prostituição, como abrigo de moradores de rua, local de encontro homossexual e transexual, área de descanso, trânsito e mercado. O espaço público é socialmente produzido pelas diversas atividades e também pelas diferentes culturas, grupos sociais e estilos de vida que se encontram.

A diferença pode ser vista como um produto da mudança funcional e de uma mudança no uso do espaço: de um espaço de representação e recreação para a elite a um espaço de diversidade e diferença.

O direito à diferença se refere a um lugar de encontro, de reconhecer-se, de reconhecimento, debate e disputa.



Uso da Praça da República



Mapeamento do uso da Praça da República e arredores

SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

A segurança é um pré-requisito essencial para a qualidade da estadia em espaços públicos. Parques são frequentemente vistos como inseguros. Por exemplo, na Praça da República, a situação da segurança dos usuários é classificada como crítica. Por essa razão, medidas para aumentar a sensação de segurança foram tomadas. O aumento da presença policial, controles e uma iluminação forte em trajetos dentro do parque podem aumentar o bem-estar.



Forte iluminação à noite para aumentar a sensação de segurança

No decorrer do trabalho de campo, foram realizados mapeamentos e entrevistas com 110 transeuntes e dois especialistas.

A CIDADE É NOSSA
BAIXO AUGUSTA



CURRICULUM VITAE

TAXI

GJH-5827

FYF-1821





A QUEM PERTENCE O CENTRO?

ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE

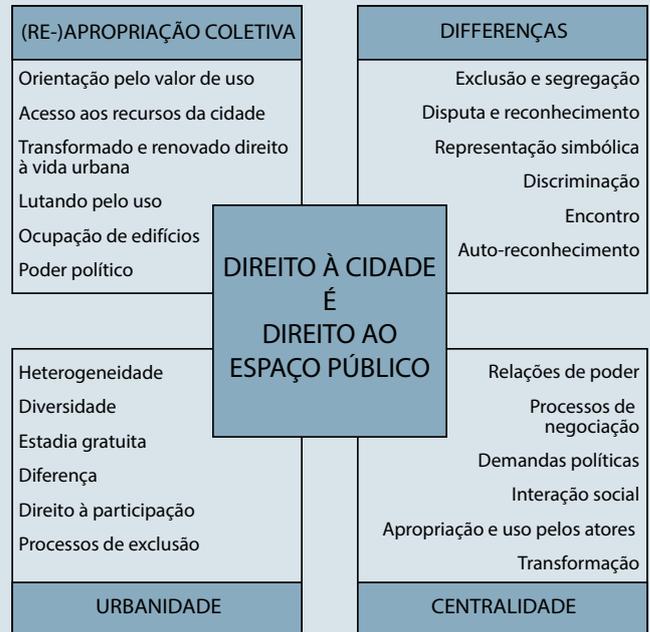
Aspectos do espaço público estão relacionados às considerações de Henri Lefebvre sobre a cidade e a urbanidade. Assim, as funções do espaço público como local de encontro, local de heterogeneidade e diversidade, bem como consumo livre e gratuito, coincidem com a ideia de direito à cidade de Lefebvre.



Medidas de limpeza na Praça da Sé

ABORDAGENS BEM SUCEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

As praças públicas são usadas como locais de recreação por diferentes grupos populacionais e, portanto, não cumprem mais sua função original de espaço representativo para as elites. Grupos marginalizados se apropriam do espaço e não aceitam serem deslocados. Além disso, os espaços públicos são espaços para manifestações e, portanto, para demandas políticas.



Espaço público sob a perspectiva do conceito de direito à cidade

POLÍTICA NEOLIBERAL DA CIDADE COMO BARREIRA AO DIREITO À CIDADE

Na política urbana neoliberal, pouca atenção é dada ao conceito de direito à cidade. Atores influentes tentam determinar o espaço público com a ajuda de medidas de limpeza e segurança. Estas medidas buscam deslocar grupos marginalizados e, desta forma, o direito de participação e utilização não é concedido a todos.



Manifestação contra o governo Temer na Praça da Sé 2016

